

Contratação Excluída (Artigo 6º-A do CCP)

Formação “Regime Jurídico do Património Imobiliário Público”

CADERNO DE ENCARGOS

NPD 2224002649

I CLÁUSULAS GERAIS	3
1. OBJETO	3
2. DESIGNAÇÃO DO PROCEDIMENTO E NÚMERO DE PROCESSO	3
3. CONTRATO	3
4. PARTES CONTRATANTES	4
5. ALTERAÇÕES RELATIVAS AO ADJUDICATÁRIO/COCONTRATANTE.....	4
6. NOTIFICAÇÕES E COMUNICAÇÕES	4
7. CONTAGEM DOS PRAZOS	4
8. PRAZO DE EXECUÇÃO	4
9. PREÇO BASE.....	4
10. PREÇO CONTRATUAL	5
11. FATURAÇÃO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	5
12. PAGAMENTOS EM ATRASO E MORA NO PAGAMENTO.....	5
13. OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE.....	6
14. OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO/COCONTRATANTE.....	6
15. PENALIDADES CONTRATUAIS	6
16. CAUÇÃO	7
17. RESOLUÇÃO CONTRATUAL POR PARTE DA ENTIDADE ADJUDICANTE	7
18. RESOLUÇÃO CONTRATUAL POR PARTE DO ADJUDICATÁRIO/COCONTRATANTE	8
19. FORÇA MAIOR	8
20. ALTERAÇÕES AO CONTRATO	9
21. RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS.....	9
22. SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL	10
23. GESTOR DO CONTRATO	10
24. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	10
II CLÁUSULAS TÉCNICAS	11

I CLÁUSULAS GERAIS

1. OBJETO

O contrato a celebrar no âmbito do presente procedimento tem por objeto a aquisição de serviços de formação “Regime Jurídico do Património Imobiliário Público”, nos termos previstos e definidos nas cláusulas técnicas do presente caderno de encargos e demais anexos, se aplicável.

2. DESIGNAÇÃO DO PROCEDIMENTO E NÚMERO DE PROCESSO

O presente procedimento tem a seguinte designação Formação “Regime Jurídico do Património Imobiliário Público”, a que lhe corresponde o Processo n.º NPD 2224002649.

3. CONTRATO

3.1 Quando não for exigida a redução do contrato a escrito, considera-se que contrato resulta da conjugação do caderno de encargos com o conteúdo da proposta adjudicada, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 95.º do CCP.

3.2 O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar.

3.3 O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) O clausulado contratual, incluindo os ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e aceites pelo adjudicatário/cocontratante, nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal;
- b) O suprimimento de erros e omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que aqueles tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto do artigo 50.º do CCP;
- c) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
- d) O presente caderno de encargos;
- e) A proposta adjudicada;
- f) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário/cocontratante.

3.4 Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas b) a f) do Ponto 3.2, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

3.5 Em caso de divergência entre os elementos referidos nas alíneas b) a f) do Ponto 3.2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo

adjudicatário/cocontratante nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

4. PARTES CONTRATANTES

4.1 As partes contratantes são:

- a) O Instituto da Segurança Social, I.P. enquanto Entidade Adjudicante/Contraente Público;
- b) O Adjudicatário, enquanto cocontratante.

4.2 Os contraentes far-se-ão representar na assinatura do contrato pelos seus representantes legais ou pessoas mandatadas para o efeito.

5. ALTERAÇÕES RELATIVAS AO ADJUDICATÁRIO/COCONTRATANTE

O adjudicatário/cocontratante deverá informar a entidade adjudicante das alterações verificadas durante a execução do contrato, referentes a:

- a) Poderes de representação no contrato celebrado para a aquisição dos serviços;
- b) Nome ou denominação social;
- c) Endereço ou sede social;
- d) Quaisquer outros factos que alterem de modo significativo a sua situação.

6. NOTIFICAÇÕES E COMUNICAÇÕES

As notificações e comunicações a realizar no âmbito da execução contratual são efetuadas nos termos dos artigos 467.º a 469.º do CCP.

7. CONTAGEM DOS PRAZOS

A contagem dos prazos rege-se pelo disposto nos artigos 470.º e 471.º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação e, supletivamente, nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

8. PRAZO DE EXECUÇÃO

A execução do contrato terá início após a adjudicação com o envio da nota de encomenda, e término a 29/11/2024.

9. PREÇO BASE

O preço base global do procedimento é **560,00 € (quinhentos e sessenta euros)**, ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor.

10. PREÇO CONTRATUAL

- 10.1 Pela prestação de serviços objeto do contrato a celebrar, a entidade adjudicante pagará ao adjudicatário/cocontratante o preço constante da proposta, ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor se aplicável;
- 10.2 Durante a vigência do presente contrato não haverá lugar à revisão do preço contratualizado.
- 10.3 O preço contratual inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

11. FATURAÇÃO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 11.1 O adjudicatário/cocontratante deverá proceder ao envio das faturas ou a emitir faturas eletrónicas aquando da sua regulamentação, em conformidade com as disposições legais que regulamentam a realização e processamento de despesas na Administração Pública, para o Departamento de Gestão e Controlo Financeiro, sito na Avenida 5 de Outubro, n.º 175, 1069-451 Lisboa.
- 11.2 A fatura deverá indicar, de forma discriminada o valor correspondente ao serviço efetuado, mencionando o n.º do processo, o n.º do pedido e o n.º do compromisso.
- 11.3 O pagamento será efetuado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a receção e validação das respetivas faturas pela entidade adjudicante, através de emissão de cheque ou transferência bancária.
- 11.4 As faturas só poderão ser emitidas após o vencimento da obrigação a que se referem.
- 11.5 Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante quanto aos valores ou quantidades indicadas nas faturas, deve esta comunicar ao adjudicatário/cocontratante, no prazo de 15 (quinze) dias, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando aquele obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à retificação da fatura.

12. PAGAMENTOS EM ATRASO E MORA NO PAGAMENTO

- 12.1 Consideram-se pagamentos em atraso os valores faturados não quitados e que permaneçam nessa situação por mais de 90 (noventa) dias;
- 12.2 Em caso de mora por parte do ISS, I.P. no cumprimento das obrigações de pagamento, tem o adjudicatário/cocontratante direito a juros de mora sobre o montante em dívida, à taxa

legalmente fixada para o efeito, pelo período correspondente à mora;

12.3 A mora está sujeita aos regimes consagrados no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua atual redação, e do Decreto-Lei n.º 62/2013, de 10 de maio.

13. OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE

13.1 Constituem obrigações do ISS, I.P.:

- a) Promover o acesso e comunicabilidade necessários à boa execução do serviço;
- b) Prestar, em tempo útil, os necessários esclarecimentos ao adjudicatário/cocontratante.

14. OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO/COCONTRATANTE

14.1 Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário/cocontratante as seguintes obrigações principais:

- a) Responsabilizar-se pela boa execução da prestação, de modo a garantir as características técnicas dos serviços, devendo para o efeito cumprir as cláusulas técnicas descritas no presente caderno de encargos;
- b) Assegurar o cumprimento dos prazos estabelecidos.
- c) Cumprir com o Regulamento Geral de Proteção de Dados, quanto ao tratamento de dados e confidencialidade do prestador de serviços e recursos humanos que irão tratar da informação obtida com os serviços a prestar;

14.2 A título acessório, o adjudicatário/cocontratante fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à boa prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

15. PENALIDADES CONTRATUAIS

15.1 Em caso de incumprimento das obrigações contratuais por razões imputáveis ao adjudicatário/cocontratante, poderão ser aplicadas penalidades contratuais, em conformidade com o disposto nos artigos 329.º, 444.º e 451.º do CCP e nos seguintes termos:

- a) Pelo incumprimento na realização das ações de formação contratualizadas no prazo de execução do contrato, o ISS, I.P. pode exigir do adjudicatário/cocontratante o pagamento de uma sanção de natureza pecuniária diária no valor de 1% do preço contratual por cada dia de atraso até ao pontual cumprimento.

- b) No caso de impossibilidade na realização de cada uma das sessões da formação na data prevista, o ISS, I.P. pode exigir ao adjudicatário/cocontratante o pagamento de uma sanção de natureza pecuniária diária no valor de 1% do preço contratual enquanto tal impossibilidade se mantenha.
 - c) No caso de alteração da data, ou alteração do horário, da sessão de formação previamente marcada, sem um aviso prévio de 24 horas, pode o ISS, I.P. exigir ao adjudicatário/cocontratante o pagamento de uma sanção de natureza pecuniária no valor de 1% do preço contratual.
 - d) No caso de incumprimento do prazo estipulado para apresentação do Relatório de Avaliação da Formação, pode o ISS, I.P. exigir ao adjudicatário/cocontratante o pagamento de uma sanção de natureza pecuniária diária no valor de 1% do preço contratual enquanto os mesmos não forem apresentados.
 - e) O incumprimento ou cumprimento defeituoso do caderno de encargos pelo adjudicatário poderá implicar uma penalidade do valor de 2% do valor contratual por cada dia de incumprimento e/ou cumprimento defeituoso.
- 15.2 Na determinação da gravidade do incumprimento, o ISS, I.P. tem em consideração, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário/cocontratante e as consequências do incumprimento.
- 15.3 As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o ISS, I.P. exija uma indemnização pelo dano excedente.

16. CAUÇÃO

Não será exigida a prestação de Caução, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

17. RESOLUÇÃO CONTRATUAL POR PARTE DA ENTIDADE ADJUDICANTE

- 17.1 Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, designadamente nos artigos 334.º e 335.º do CCP, o ISS, I.P. pode resolver o contrato a título sancionatório, no caso de o adjudicatário/cocontratante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos, os quais configuram incumprimento definitivo do contrato:
- a) Falhas que ponham em causa a missão do serviço público;
 - b) Incumprimento de qualquer obrigação contratual que ponha irremediavelmente em causa a manutenção do contrato;
 - c) Violação, de forma grave ou reiterada de qualquer das obrigações que lhe foram atribuídas no

âmbito do contrato a celebrar e do presente caderno de encargos.

- 17.2 O direito de resolução referido no número anterior não prejudica o direito de indemnização nos termos gerais.
- 17.3 Em caso de resolução sancionatória, havendo lugar a responsabilidade do adjudicatário/cocontratante, será o montante respetivo deduzido das quantias devidas, sem prejuízo de o ISS, I.P poder executar as garantias prestadas pelo adjudicatário/cocontratante.
- 17.4 Independentemente da conduta do adjudicatário/cocontratante, o ISS, I.P reserva-se o direito de resolver o contrato nos termos e com os fundamentos previstos nos artigos 334º e 335º do Código dos Contratos Públicos.

18. RESOLUÇÃO CONTRATUAL POR PARTE DO ADJUDICATÁRIO/COCONTRATANTE

- 18.1 Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Adjudicatário/cocontratante pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.
- 18.2 No caso mencionado no ponto anterior, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração à entidade adjudicante/contratante público, produzindo efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se a entidade adjudicante/contratante público cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

19. FORÇA MAIOR

- 19.1 Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário/cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe sejam razoavelmente exigíveis de contornar ou evitar.
- 19.2 Constituem força maior, os seguintes acontecimentos: tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves gerais, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
- 19.3 Não constituem força maior, designadamente:
- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário/cocontratante, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário/cocontratante ou a grupos

de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário/cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário/cocontratante de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário/cocontratante, cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário/cocontratante não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
- 19.4 A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
- 19.5 A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

20. ALTERAÇÕES AO CONTRATO

- 20.1 Para efeitos de qualquer alteração durante a execução do contrato, a parte interessada na alteração deve comunicar, por escrito, à outra parte essa intenção, com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data em que pretende ver introduzida essa alteração.
- 20.2 Para efeitos do disposto no número anterior, as alterações ao contrato serão formalizadas por adenda escrita ao mesmo.
- 20.3 A alteração ao contrato não pode conduzir à modificação das principais prestações abrangidas pelo contrato nem configurar uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência.

21. RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

22. SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

A subcontratação pelo adjudicatário/cocontratante e a cessão da posição contratual dependem de prévia autorização e regem-se pelo estatuído nos artigos 316.º e seguintes do CCP.

23. GESTOR DO CONTRATO

Nos termos do disposto no artigo 290.º-A do CCP, o adjudicatário/cocontratante será informado da designação do gestor do contrato aquando da decisão de adjudicação e/ou com a outorga do contrato.

24. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Na celebração do contrato e em tudo o que o mesmo for omissivo, aplicar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos (CCP), na sua atual redação, com as alterações introduzidas .

II CLÁUSULAS TÉCNICAS

1. DESIGNAÇÃO DO CURSO

O curso, objeto do presente procedimento, terá a designação de “Regime Jurídico do Património Imobiliário Público”.

2. LOCAL

As sessões de formação serão ministradas em regime presencial, nas instalações do ISS, IP, em Lisboa.

3. CARGA HORÁRIA TOTAL

O curso terá a duração total de 7 horas

4. CARGA HORÁRIA POR AÇÃO

A ação de formação terá a duração de 7 horas

5. CARGA HORÁRIA DIÁRIA

- 7 horas

6. NÚMERO DE AÇÕES DE FORMAÇÃO A DESENVOLVER

- Uma ação de formação

7. NÚMERO TOTAL DE PARTICIPANTES POR AÇÃO

- 22 participantes

8. DESTINATÁRIOS

O curso dirige-se a técnicos superiores da área jurídica.

9. OBJETIVOS GERAIS

No final do presente curso, os/as participantes deverão ser capazes de conhecer e dominar os seguintes aspectos do regime jurídico do património imobiliário público:

- Conceitos fundamentais da constituição do domínio privado da Administração Pública;
- Formas de constituição do domínio privado: a desafetação de bens do domínio público; a aquisição gratuita e onerosa; outras;

- Gestão e utilização dos bens do domínio privado da Administração Pública e em especial dos Institutos Públicos;
- Princípios da gestão dos bens do domínio privado, em especial a aplicação do princípio da onerosidade;
- A constituição do direito de superfície;
- A cedência de utilização de bens imóveis;
- Arrendamento e locação financeira de imóveis pelo Estado;
- Arrendamento de imóveis do Estado e de outras entidades públicas;
- O Comodato, face à aplicação do princípio da onerosidade;
- A gestão do património imobiliário do Estado e dos institutos públicos desenvolvida pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças; a rentabilização do património imobiliário público; a instalação de serviços públicos; a valorização e avaliação dos imóveis; o inventário;
- O controle pelo Tribunal de Contas;
- Problemas de Contencioso.

10. CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

A entidade formadora deverá definir o programa e os respetivos conteúdos programáticos, tendo em atenção a sua adequação ao público-alvo.

RESPONSABILIDADES DA ENTIDADE FORMADORA

A entidade formadora será responsável pela concepção, organização, desenvolvimento e avaliação das ações de formação.

11. SUBSTITUIÇÃO DOS FORMADORES

Os formadores indicados pela entidade formadora só poderão ser substituídos com o expresse e prévio consentimento do ISS. I.P., após verificação de que essa substituição proporciona um nível de qualidade equivalente.

12. ALTERAÇÃO DA DATA OU DO HORÁRIO

No caso de alteração da data, ou alteração do horário, da sessão de formação previamente marcada deve a entidade formadora notificar o ISS I.P. com uma antecedência mínima de 24 horas.

13. CONCEÇÃO POR PARTE DA ENTIDADE FORMADORA

No que se refere à conceção deverá a entidade formadora:

- Identificar os objetivos específicos de cada intervenção;
- Definir o programa e os respetivos conteúdos tendo em atenção a adequação ao público-alvo;

- Conceber ou identificar metodologias pedagógicas e instrumentos de formação facilitadores da aprendizagem;
- Conceber ou identificar a documentação de apoio à aprendizagem.

14. ORGANIZAÇÃO POR PARTE DA ENTIDADE FORMADORA

A entidade formadora deverá organizar as formações, nomeadamente:

- Calendarizar as ações de formação em articulação com o ISS, IP;
- Organizar o Dossier Técnico Pedagógico;
- Disponibilizar os materiais pedagógicos de apoio ao desenvolvimento das intervenções;
- Emitir os Certificados.

15. DESENVOLVIMENTO POR PARTE DA ENTIDADE FORMADORA

É da responsabilidade da entidade formadora, assegurar o desenvolvimento/ execução das intervenções e atividades formativas.

16. AVALIAÇÃO POR PARTE DA ENTIDADE FORMADORA

A entidade formadora deverá:

- Assegurar as atividades relativas à avaliação de reação dos formandos e formadores;
- Elaborar o Relatório de Avaliação da Formação realizada, no prazo de 15 dias, a contar da data da realização da ação de formação.

17. RESPONSABILIDADES DO ISS. I.P.

No que à concepção e organização das ações diz respeito, são os seguintes termos da responsabilidade do ISS. I.P.:

- Identificar os objetivos gerais do curso;
- Coordenação Pedagógica (garantir a articulação entre os vários intervenientes no processo formativo);
- Assegurar a divulgação das ações;
- Recolher as inscrições dos participantes;
- Disponibilizar os espaços para a formação, se presencial.